

CONTRATO Nº 009/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TERRA ALTA, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA E A EMPRESA RELUZ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CONFORME CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE.

O MUNICÍPIO DE TERRA ALTA por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Jarbas Passarinho, Bairro: Centro, CEP: 68.773-00 – Terra Alta/PA, CNPJ: 34.823.518/0001-47, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. MICHEL PESSOA DO NASCIMENTO, portador do CPF nº 941.213.702-87 e RG nº 5186432, doravante denominado CONTRATANTE e a EMPRESA **RELUZ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 37.416.259/0001-28, com sede na AV. JARBAS PASSARINHO, 294, CENTRO, TERRA ALTA-PA, CEP 68.773-000, por intermédio de seu representante legal, o Senhor **FELIPE YURI DAS NEVES NEVES**, CPF nº 035.825.002-17, e RG nº 7335333 PC/PA, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 13/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1 O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERRA ALTA/PA, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL**, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.	UNID.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Luminária pública de LED 40w com relé fotoelétrico	und	100	R\$ 163,83	R\$ 16.383,00
2	Luminária pública de LED 50w com relé fotoelétrico	und	100	R\$ 101,53	R\$ 10.153,00
3	Luminária pública de LED 80w com relé fotoelétrico	und	100	R\$ 107,38	R\$ 10.738,00
4	Luminária pública de LED 100w com relé fotoelétrico	und	100	R\$ 98,54	R\$ 9.854,00
5	Luminária pública de LED 150w com relé fotoelétrico	und	150	R\$ 163,14	R\$ 24.471,00
6	Braço para iluminação publica de LED 2,0m	und	250	R\$ 35,90	R\$ 8.975,00

7	Braço para iluminação publica de LED 2,5m	und	300	R\$ 65,25	R\$ 19.575,00
8	Lâmpada fluorescente compacta 15w	uni	400	R\$ 5,61	R\$ 2.244,00
9	Lâmpada fluorescente compacta 20w	uni	400	R\$ 6,85	R\$ 2.740,00
10	Lâmpada fluorescente compacta 25w	uni	400	R\$ 9,82	R\$ 3.928,00
11	Lâmpada fluorescente compacta 30w	uni	400	R\$ 13,80	R\$ 5.520,00
12	Lâmpada fluorescente tubular 40w	uni	400	R\$ 6,50	R\$ 2.600,00
13	Lâmpada fluorescente espiral 45w	uni	400	R\$ 20,26	R\$ 8.104,00
14	Relé fotoelétrico 15w a 70w bipolar	uni	1800	R\$ 8,22	R\$ 14.796,00
15	Base p/ relé fotoelétrico 15w a 70w	uni	1000	R\$ 4,54	R\$ 4.540,00
16	Relé fotoelétrico com base 220w	uni	200	R\$ 13,23	R\$ 2.646,00
17	Conector perfurante CDP 70	uni	150	R\$ 5,65	R\$ 847,50
18	Conector perfurante CDP 95	uni	400	R\$ 4,66	R\$ 1.864,00
19	Conector haste de aterramento	uni	250	R\$ 5,48	R\$ 1.370,00
20	Fita isolante de borracha autofusão x50m	m	400	R\$ 50,35	R\$ 20.140,00
21	Fita isolante adesiva antichama rolo 19mmx5m	uni	150	R\$ 3,00	R\$ 450,00
22	Fita isolante adesiva antichama rolo 19mmx10m	uni	150	R\$ 1,98	R\$ 297,00
23	Fita isolante adesiva antichama rolo 19mmx20m	uni	150	R\$ 5,24	R\$ 786,00
24	Cabo 1,5mm	m	2500	R\$ 0,74	R\$ 1.850,00
25	Cabo 2,5mm	m	5500	R\$ 3,40	R\$ 18.700,00
26	Cabo 4,0mm	m	3500	R\$ 1,52	R\$ 5.320,00
27	Cabo 6,0mm	m	2500	R\$ 2,72	R\$ 6.800,00
28	Cabo 10,0mm	m	600	R\$ 4,84	R\$ 2.904,00
29	Cordão Paralelo de 1,5mm	m	1200	R\$ 1,36	R\$ 1.632,00
30	Cordão Paralelo de 2,5mm	m	2200	R\$ 1,94	R\$ 4.268,00
31	Cabo flexível PP 2x2,5mm	m	700	R\$ 3,43	R\$ 2.401,00
32	Cabo flexível PP 3x2,5mm	m	500	R\$ 4,01	R\$ 2.005,00
33	Cabo flexível PP 4x2,5mm	m	400	R\$ 5,91	R\$ 2.364,00
34	Cabo de alumínio duplex - 10mm ²	m	1250	R\$ 2,63	R\$ 3.287,50
35	Cabo de alumínio tríplice - 16mm ²	m	1000	R\$ 3,22	R\$ 3.220,00
36	Cabo de alumínio quadruplex - 25mm ²	m	1000	R\$ 7,82	R\$ 7.820,00
37	Quadro de medição padrão - monofásico	uni	60	R\$ 40,65	R\$ 2.439,00
38	Quadro de medição padrão - polifásico	uni	80	R\$ 143,28	R\$ 11.462,40
39	Disjuntor Unipolar de 10 A	uni	50	R\$ 3,86	R\$ 193,00
40	Disjuntor Unipolar de 16 A	uni	250	R\$ 3,71	R\$ 927,50
41	Disjuntor Unipolar de 20 A	uni	200	R\$ 5,14	R\$ 1.028,00
42	Disjuntor Unipolar de 25 A	uni	250	R\$ 4,52	R\$ 1.130,00
43	Disjuntor Unipolar de 32 A	uni	150	R\$ 4,44	R\$ 666,00
44	Disjuntor Unipolar de 40 A	uni	150	R\$ 5,29	R\$ 793,50
45	Disjuntor Unipolar de 50 A	uni	160	R\$ 4,35	R\$ 696,00
46	Disjuntor Unipolar de 63 A	uni	60	R\$ 4,32	R\$ 259,20
47	Disjuntor Bipolar de 10 A	uni	200	R\$ 17,28	R\$ 3.456,00

48	Disjuntor Bipolar de 16 A	uni	160	R\$ 13,93	R\$ 2.228,80
49	Disjuntor Bipolar de 20 A	uni	140	R\$ 12,43	R\$ 1.740,20
50	Disjuntor Bipolar de 32 A	uni	120	R\$ 13,04	R\$ 1.564,80
51	Disjuntor Bipolar de 40 A	uni	100	R\$ 11,19	R\$ 1.119,00
52	Disjuntor Bipolar de 50 A	uni	80	R\$ 11,38	R\$ 910,40
53	Disjuntor Bipolar de 63 A	uni	60	R\$ 13,57	R\$ 814,20
54	Disjuntor Tripolar de 10 A	uni	110	R\$ 15,95	R\$ 1.754,50
55	Disjuntor Tripolar de 16 A	uni	80	R\$ 17,10	R\$ 1.368,00
56	Disjuntor Tripolar de 20 A	uni	80	R\$ 19,26	R\$ 1.540,80
57	Disjuntor Tripolar de 32 A	uni	80	R\$ 18,18	R\$ 1.454,40
58	Disjuntor Tripolar de 40 A	uni	80	R\$ 18,31	R\$ 1.464,80
59	Disjuntor Tripolar de 50 A	uni	120	R\$ 22,26	R\$ 2.671,20
60	Disjuntor Tripolar de 63 A	uni	60	R\$ 22,76	R\$ 1.365,60
61	Quadro de Distribuição para 4 Disjuntores s/ barramento	uni	60	R\$ 15,58	R\$ 934,80
62	Bocal de louça base E40	uni	1400	R\$ 5,15	R\$ 7.210,00
63	Bocal de louça base E27	uni	2000	R\$ 1,90	R\$ 3.800,00
64	Braço para luminária pública 1,50m	uni	2000	R\$ 18,80	R\$ 37.600,00
65	Haste de aterramento em aço galvanizado tipo cantoneira h=2,0m 25x25mm #3/16"	uni	1000	R\$ 28,26	R\$ 28.260,00
66	Isolador de porcelana suspenso, disco tipo garfo olhal. DN=152mm 15KV	uni	1000	R\$ 14,89	R\$ 14.890,00
67	Caixa de inspeção em concreto p/aterramento e para-raios DN=300mm	uni	600	R\$ 24,22	R\$ 14.532,00
68	Curva 90°, PVC rígido, de 1/2", p/ eletroduto	uni	500	R\$ 1,21	R\$ 605,00
69	Curva 90°, PVC rígido, de 3/4", p/ eletroduto	uni	800	R\$ 1,24	R\$ 992,00
70	Curva 90°, PVC rígido, de 1", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 2,07	R\$ 828,00
71	Curva 90°, PVC rígido, de 1.1/2", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 2,48	R\$ 992,00
72	Curva 90°, PVC rígido, de 1.1/4", p/ eletroduto	uni	200	R\$ 4,33	R\$ 866,00
73	Curva 135°, aço galvanizado, de 1/2", p/ eletroduto	uni	300	R\$ 4,66	R\$ 1.398,00
74	Curva 135°, aço galvanizado, de 3/4", p/ eletroduto	uni	500	R\$ 2,51	R\$ 1.255,00
75	Curva 135°, aço galvanizado, de 1", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 3,07	R\$ 1.228,00
76	Curva 135°, aço galvanizado, de 1.1/2", p/ eletroduto	uni	200	R\$ 8,58	R\$ 1.716,00
77	Curva 135°, aço galvanizado, de 1.1/4", p/ eletroduto	uni	120	R\$ 8,32	R\$ 998,40
78	Curva 180°, PVC rígido, de 1/2", p/ eletroduto	uni	600	R\$ 1,30	R\$ 780,00

79	Curva 180°, PVC rígido, de 3/4", p/ eletroduto	uni	1000	R\$ 2,19	R\$ 2.190,00
80	Curva 180°, PVC rígido, de 1", p/ eletroduto	uni	500	R\$ 2,48	R\$ 1.240,00
81	Curva 180°, PVC rígido, de 1.1/2", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 4,58	R\$ 1.832,00
82	Curva 180°, PVC rígido, de 1.1/4", p/ eletroduto	uni	300	R\$ 4,22	R\$ 1.266,00
83	Luva, PVC rígido, de 1/2", p/ eletroduto	uni	2400	R\$ 1,04	R\$ 2.496,00
84	Luva, PVC rígido, de 3/4", p/ eletroduto	uni	4000	R\$ 0,84	R\$ 3.360,00
85	Luva, PVC rígido, de 1", p/ eletroduto	uni	1200	R\$ 0,67	R\$ 804,00
86	Luva, PVC rígido, de 1.1/2", p/ eletroduto	uni	800	R\$ 1,06	R\$ 848,00
87	Luva, PVC rígido, de 1.1/4", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 1,51	R\$ 604,00
88	Arruela em alumínio, c/ rosca, de 1/2", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 0,35	R\$ 140,00
89	Arruela em alumínio, c/ rosca, de 3/4", p/ eletroduto	uni	800	R\$ 0,86	R\$ 688,00
90	Arruela em alumínio, c/ rosca, de 1", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 0,65	R\$ 260,00
91	Arruela em alumínio, c/ rosca, de 1.1/2", p/ eletroduto	uni	300	R\$ 1,69	R\$ 507,00
92	Arruela em alumínio, c/ rosca, de 1.1/4", p/ eletroduto	uni	200	R\$ 1,02	R\$ 204,00
93	Bucha de redução, roscável, PVC rígido, 3/4"x1/2", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 2,02	R\$ 808,00
94	Bucha de redução, roscável, PVC rígido, 1"x3/4", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 3,16	R\$ 1.264,00
95	Bucha de redução, roscável, PVC rígido, 1.1/2"x1", p/ eletroduto	uni	200	R\$ 6,66	R\$ 1.332,00
96	Bucha de redução, roscável, PVC rígido, 1.1/4"x1.1/2", p/ eletroduto	uni	120	R\$ 6,54	R\$ 784,80
97	Refletor LED c/ placa solar 40w	uni	400	R\$ 144,04	R\$ 57.616,00
98	Refletor LED c/ placa solar 60w	uni	200	R\$ 155,31	R\$ 31.062,00
99	Refletor LED c/ placa solar 100w	uni	200	R\$ 252,70	R\$ 50.540,00
100	Refletor LED 40w	uni	400	R\$ 26,32	R\$ 10.528,00
101	Refletor LED 60w	uni	200	R\$ 48,34	R\$ 9.668,00
102	Refletor LED 100w	uni	200	R\$ 31,68	R\$ 6.336,00
103	Sensor de presença: Possui LED indicador de funcionamento que pisca a cada 0,5 segundos por detecção; Voltagem universal: 110V - 220V (Bivolt automático);	uni	200	R\$ 38,51	R\$ 7.702,00
VALOR TOTAL					R\$ 591.605,30

1.3 inculam está contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 O Termo de Referência;
- 1.3.2 O Edital da Licitação;
- 1.3.3 A Proposta do contratado;
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação com início na data de 15/01/2026 e encerramento em 14/01/2027, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, salvo se constar no termo de referência.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de **R\$ 591.605,30(quinhetos e noventa e um mil, seiscentos e cinco reais e trinta centavos);**

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/09/2025.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1 A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas

decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8 O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. Multa:

1. moratória de 05 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

2. moratória de 10 % (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20 % (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e

Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3 Indenizações e multas.

12.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: 0206- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Básico; Funcional Programática:

04.122.0037.2.027 – Manutenção da Secretaria Munic. de Obras e Serviços Básico;

15.452.0509.2.029 – Manutenção do Serviço de Iluminação Pública.

Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 – Material de consumo.

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais e municipal aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Terra alta para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Terra Alta/PA, 15 de janeiro de 2026.

MICHEL PESSOA DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ALTA

CONTRATANTE

RELUZ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ nº 37.416.259/0001-28
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

